

ATA N.º1/2015

-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze.----------Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Edificio dos Paços do Concelho, na Vila e Concelho das Velas, deu-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal das Velas presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem do dia:----------1- Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento;----------2- Referencial Estratégico do Município das Velas;----------3- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2014, declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2014 e declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2014;----------4- Proposta de ratificação de elemento para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM;----------5- Proposta de nomeação de secretário para a Comissão Permanente.---------A Presidente fez o enquadramento legal da sessão, explicando que é uma sessão ordinária que se realiza em fevereiro, de acordo com o estipulado pela Lei n.º75/2013, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, está em conformidade com o artigo 31.º do regimento em vigor.---------Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada dos senhores deputados municipais Rosa do Céu Batista Pinto e José Júlio

seguir na lista do Grupo Municipal do PS, o senhor Hélder Fernando Sousa Teixeira e a senhora Sandra Cristina Pereira Oliveira Campos da Rocha Fontes. Informou também a falta justificada dos senhores deputados municipais Armando Manuel Gambão Soares Cordeiro Bettencourt e Fernandino Bettencourt Simas, tendo sido substituídos pelos

Maciel Rodrigues, que foram substituídos pelos membros colocados imediatamente a

membros colocados imediatamente a seguir na lista do Grupo Municipal do CDS-PP, a

senhora Maria de Fátima Teves Simas de Melo e a senhora Maria da Conceição Blayer

Botelho. A Presidente solicitou à senhora Maria da Conceição Blayer Botelho, que ainda



não tinha tomado posse como membro da Assembleia, que após a leitura da ata de tomada de posse (em anexo), a assinasse. A Presidente deu-lhe as boas vindas e solicitou ao primeiro Secretário que procedesse à chamada dos senhores deputados municipais.---------Confirmou-se a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Maria de Fátima da Silveira, Ana Paula Silveira e Silva, Maria da Luz Silva das Graças, Sandra Cristina Pereira Oliveira Campos da Rocha Fontes, Luís Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira, Maria da Conceição Blayer Botelho, Rui Miguel Vieira de Sequeira, Liliana Isabel Monteiro Ramos de Melo Maciel Almeida, Maria de Fátima Teves Simas de Melo, Hélder Fernando Sousa Teixeira, Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete, André Miguel da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, Fernando Jorge Pereira, Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, André Filipe Galego Ataíde, Rúben Fernando Alves Serpa, Alberto Manuel Soares Almeida e Hélio Silveira -----Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim -----A Presidente da Assembleia pediu que se incluísse na ordem do dia uma proposta do Executivo, apresentada fora da ordem do dia, visto que o art. 57.º n.º 2 do regimento estabelece que "a discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias, depende da deliberação tomada por, pelo menos dois terços dos membros presentes, que reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto": Prescrição do valor devedor de consumos de água. Colocou à consideração dos deputados municipais a inserção da proposta na ordem do dia, e não havendo oposição, a inclusão foi aprovada por unanimidade, acrescendo um ponto à ordem do dia:----------6- Prescrição do valor devedor de consumos de água;-----A Presidente procedeu à leitura da ordem do dia e informou que o Município solicitou a deliberação em minuta dos pontos dois e seis da ordem do dia.----------Colocou a votação a aprovação destes pontos em minuta e, na ausência de inscrições, foi o mesmo aprovado por unanimidade.---------A Presidente deu início ao período antes da ordem do dia. Explicou que, de acordo com o art. 39.º conjugado com o art.71.º, do regimento em vigor «Em cada sessão



há um período designado de "Antes da Ordem do Dia", (...) outro designado de "Ordem do Dia" e um "Período de Intervenção Aberto ao Público"». Explicou que, em conformidade com o art. 40.º, o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município, pelo que prosseguiu com a apreciação da ata n.º8, de 28 de novembro corrente, e abriu as inscrições.----------Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia prosseguiu com a votação da ata n.º8, a qual foi aprovada por unanimidade.----------Ainda no mesmo período, a Presidente procedeu à leitura da correspondência 1 - Envio das atas n.ºs 23, 24, 25 e 26/2014 e 1, 2 e 3/2015 da CMV;------2 – Receção de diversos Postais de Natal;-----3 - Jornais Voz das Misericórdias, Associação e "Palavra Parlamentar";-----4 - Convites da CMV para o desfile do Dia das Montras e para a abertura da Exposição Fotográfica "Mãos da Nossa Terra";------5 - Ofício "Mapas 2014" a dar conhecimento das ausências dos colaboradores e dos dias gozados e cedidos pelos dirigentes e delegados sindicais durante 2014, e oficio sobre o serviço público da rádio e televisão em São Jorge;-----6 – Oficio da CMV com parecer da DUSU sobre o projeto de arquitetura da obra de construção de estabelecimento Hoteleiro e de turismo;-----7 - Convite da EBS de Velas para a entrega de prémios aos melhores alunos;-----

8 - Convite da "AtlânticFut" para o Almoço de Natal;-----

9 - Envio de "Intervenção em Plenário – Plano e Orçamento para 2015" do Grupo Parlamentar do CDS-PP;-----

10 - Boletim "Rosais Informa" da Junta de Freguesia de Rosais;-----

11 - Convocatória da ANMP para o XXII Congresso;-----

12 - Voto de saudação do Gabinete da Presidência da ALRAA pelo 50.º aniversário do

Futebol Clube Marítimo Velense;-----

13 - Nota de Imprensa sobre "Acessibilidades e Transportes" e Comunicado "Acerca da

deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital" do Grupo Parlamentar do CDS-PP;-----

fither from



14 - Oficio da Dra. Rosa Pinto a informar da cessação de funções devido à sua aposentação;-----15 - Envio de Modelo de recolha de dados e relatório de atividades de 2014 da CPCJV:-16 - Envio de Requerimento "Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas" do Grupo Parlamentar CDS-PP;-----17 - Envio de Proposta de alteração ao Plano Integrado de desenvolvimento das Fajãs da Ilha de S.J.; e Nota de Imprensa referente ao mesmo assunto, bem como Nota de Imprensa sobre políticas de coesão e o modelo de desenvolvimento autonómico, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.----------A Presidente colocou a correspondência à disposição dos deputados, questionando-os se pretendiam apresentar alguma proposta ou algum requerimento.---------Inscreveu-se a deputada municipal Liliana Almeida para apresentar uma proposta de atribuição da medalha de prata à Dra. Rosa do Céu Batista Pinto (anexo) e um voto de pesar pelo falecimento do senhor José Damião Almeida (anexo), do Grupo Municipal do PSD.----------A deputada municipal Fátima Silveira tomou a palavra para mencionar que o Grupo Municipal do PS se unia à proposta apresentada de atribuição da medalha de prata.------O deputado municipal João Estrela tomou a palavra para referir que o Grupo Municipal do CDS-PP também se unia à referida proposta.---------A Presidente da Assembleia colocou a proposta de atribuição da medalha de prata à Dra. Rosa Pinto à consideração dos deputados municipais. A proposta foi aprovada por unanimidade.---------A Presidente colocou também à consideração o voto de pesar do senhor José Almeida, sendo aprovado por maioria com catorze votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e PS e da deputada municipal Maria da Luz Silva das Graças, e seis votos contra dos restantes deputados do Grupo Municipal do CDS-PP.----------A deputada municipal Fátima Silveira apresentou uma recomendação dos Grupos Municipais do PS e do CDS-PP, para cedência à família de José Damião de Almeida, a título gratuito e definitivo, do local para a inumação do corpo o mesmo, no cemitério Municipal da Conceição, nas Velas.----

line of



-----O deputado municipal João Estrela lamentou que o Grupo Municipal do PSD não participasse na proposta conjunta dos dois partidos, visto que tinham sido convidados para tal. Explicou também, que isso foi motivo para o Grupo Municipal do CDS-PP votar contra o voto de pesar do PSD, porque não consideram que seja o suficiente, visto que pesar sentem todos e o Sr. José Almeida foi responsável pela atribuição de muitos -----O deputado municipal Rúben Serpa interveio para justificar que é incorreto dizer que o Grupo Municipal do PSD não quis aderir à proposta, pois apenas foram convidados para aderir à mesma no presente dia, quando deveriam tê-lo feito por forma a dar-lhes tempo de analisar a proposta. Explicou que o voto de pesar apresentado pelo seu Grupo Municipal não invalida a proposta apresentada, na qual também se revêem, e que apenas se vão abster porque consideram um assunto merecedor de uma análise mais profunda visto que abre um precedente.---------A deputada municipal Fátima Silveira interveio para justificar que ficou encarregue de convidar o Grupo Municipal do PSD para participar na proposta conjunta mas, apesar de várias tentativas, apenas na véspera do dia, de manhã, conseguiu contatar um dos membros inteirando-o do assunto e pedindo ajuda para contatar o líder, visto que não estava a conseguir. No entanto, salientou que considera a falta de capacidade do PSD para tomar uma decisão simples, e sobre uma questão bem fundamentada, assustadora, questionando, caso esse Grupo Municipal estivesse numa situação de poder e houvesse uma emergência a necessitar de resposta rápida, se haveria a capacidade de tomar uma decisão. Por fim, lamentou que não comunguem com eles o reconhecimento e a gratidão que o povo deve ter por alguém que mudou radicalmente o Concelho. Explicou que, também pensaram no precedente que se abre mas, e apesar de não ter sido o Grupo Municipal do PS a tomar esta decisão, não têm medo de abrir precedentes quando são devidamente justificados pelo que ponderaram e o assumiram, além disso desejam que apareçam muitos mais munícipes do Concelho que façam o mesmo que o Sr. José Almeida fez. Mostrou espanto por o Grupo Municipal do PSD, que defende a iniciativa privada e que as empresas têm de ser estimuladas, tenha tanta dificuldade de reconhecer o mérito de um empresário privado.----------O deputado municipal Rúben Serpa explicou que, pediram para a proposta ser

Japal 1



apresentada numa próxima Assembleia para terem tempo de a analisar, e foi recusado, desconhecendo o motivo da urgência do assunto. Acrescentou que, na noite anterior esteve a trabalhar até tarde na Junta de Freguesia de Santo Amaro e foi contatado por diversas pessoas, inclusive pela Câmara Municipal, não compreendendo a explicação dada. Terminou explicando que pela memória do Sr. José Almeida nada mais iria acrescentar ao assunto.----------A Presidente da Assembleia colocou a recomendação dos Grupos Municipais do PS e CDS-PP à consideração dos deputados municipais. A proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor dos Grupos Municipais do PS e do CDS-PP e sete abstenções do Grupo Municipal do PSD.---------A Presidente solicitou que se fizesse um minuto de silêncio, conforme o exposto no voto de pesar apresentado e, posteriormente, de acordo com o n.º2 do art.71.º do Regimento, abriu o período de intervenção do público mas, não havendo inscrições. passou para o período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município por parte dos deputados municipais. Convidou os deputados a inscreverem-se para fazerem uso da palavra.---------Inscreveu-se o deputado municipal André Silveira, mencionou que na passada sessão, de 28 de novembro de 2014, foi colocada uma questão relativamente à aplicação do saibro e que na resposta dada o Executivo previa o mês de dezembro de 2014 ou janeiro do presente ano, pelo que questionou se o saibro já está disponível e quando será dado início à sua aplicação.-----O Presidente do Executivo tomou a palavra e esclareceu que têm trabalhado para resolver a situação, que tem sido discutida nas sessões da Assembleia. Mencionou que, apesar de terem tomado as diligências necessárias, é um processo moroso, e esclareceu que não têm intenção de comercializar o saibro, somente de o usar para a manutenção dos caminhos agrícolas municipais. Afirmou que, solicitaram às Juntas de Freguesia que indicassem os caminhos a necessitar de manutenção, bem como do comprimento dos mesmos, e que esse processo já está terminado, indicando-se assim, e será reconfirmado, aproximadamente, 90 (noventa) km de estrada que necessitam de manutenção. Indicou que o orçamentado é €1,50 (um euro e cinquenta cêntimos) por metro linear de estrada, ou seja, um total de €135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros). A Autarquia não tem



disponibilidade financeira para o valor orçamentado, por isso vão tentar renegociar o valor proposto bem como contatar outras empresas.-----------Inscreveu-se o deputado municipal Hélder Teixeira que questionou se existe data prevista para a conclusão da eletrificação da zona de Entre-Morros.-----O Presidente do Executivo explicou que não tem data definida para a conclusão pois a Autarquia está a evidenciar esforços para a execução de um projeto de reabilitação urbana para toda a vila, que incide essencialmente na zona histórica desta mas que também engloba a zona de Entre-Morros, e inclui a reabilitação dos passeios e da iluminação pública. Explicou que, neste momento, a prioridade do Município é a preparação de um projeto para a rede de abastecimento de água no âmbito de uma candidatura ao PROCONVERGÊNCIA, que envolve os reservatórios da Ribeira da Areia e da Fajã da Ribeira da Areia, novas redes de abastecimento de água na Choupana, e o novo furo de água.----------Inscreveu-se o deputado municipal Luís Pereira, esclareceu que questionou na passada sessão sobre a concessão de licenças para a abertura de caminhos, remodelação de terrenos e construção de piscinas fixas, e que o Presidente respondeu que dependia da situação mas, segundo o art. 8.º do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira) todas as aberturas de caminhos e modelações de terrenos são interditas ou condicionadas, e qualquer uma delas sujeitas a licenciamento. Mencionou que a zona que envolve os Portões do Mar, e que é a porta de entrada via marítima, é propensa à acumulação de lixo e que seria importante o Presidente usar os seus meios para exercer pressão junto da Portos dos Açores, S.A. quanto a essa situação. Informou que, está a ser assinado na Urzelina uma petição contra a instalação de uma pedreira, que está licenciada e que é necessária, e solicitou a opinião do Presidente sobre o assunto. Por fim, questionou se há horários especiais a serem cumpridos dentro do Município.----O Presidente do Executivo explicou que a questão apresentada na última sessão foi bastante vaga pelo que mantém a resposta que deu anteriormente, ou seja, que depende da questão especificamente colocada. Concluiu a sua resposta, explicando que sempre que pedidos de processos dão entrada na Câmara tentam cumprir a legislação em causa e, além disso, o fiscal municipal faz vistorias, alertando as pessoas para a necessidade de cumprir a lei e, em conjunto com o arquiteto municipal, faz relatórios quinzenais sobre

John 1



Agus if lying

todas as ações inspetivas. Relativamente aos Portões do Mar, concordou com o Sr. deputado municipal, pois é a porta de entrada via marítima, motivo pelo qual a Câmara contatou a Portos dos Açores, S.A., ficando acordado uma parceria em que a Câmara cedia a mão-de-obra e a Portos dos Açores, S.A. os materiais, no entanto concluíram que não era sensato dar início ao procedimento uma vez que as obras do porto vão começar e a zona em questão ficará interdita. Quanto à questão da pedreira, informou que o PDMV (Plano Diretor Municipal das Velas) indica onde é passível ou não de existirem e que, na realidade trata-se de duas pedreiras que se localizam no mesmo terreno, mas cuja competência de as licenciar não é da Câmara. Desse modo, a Câmara limitou-se a dar parecer positivo à Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), igual ao que foi feito no mandato anterior para situação idêntica, informando que o PDMV permite a construção das mesmas nas zonas indicadas. Em resposta à última questão colocada, explicou que não há privilegiados dentro do Município, apenas existem colaboradores com regimes especiais, porque trabalham ao fim de semana no serviço de águas e na recolha de resíduos, ou que porventura têm esporadicamente de cobrir eventos noturnos, por isso as condições são diferentes. Informou que, no próximo dia útil se dará início às 35 (trinta e cinco) horas de trabalho, e que os trabalhadores do armazém passarão a ter relógio biométrico, assim como os do auditório, mas os últimos apenas quando o auditório estiver a funcionar em pleno.----------Inscreveu-se o deputado municipal João Estrela que mencionou que o Presidente decidiu conceder tolerância aos trabalhadores na terça-feira de carnaval, porém depois revogou a deliberação. Tendo havido informações e contra-informações pediu ao Presidente que clarificasse o assunto.----O Presidente do Executivo explicou que emitiu um despacho a dar tolerância na terçafeira de Carnaval, à semelhança do que aconteceu no ano anterior, porque considera o mais correto. No entanto, na sexta-feira que antecede o dia em questão, no dia seguinte à publicação do despacho, recebeu, por fax, informação de que os quatro colaboradores que são delegados e dirigentes do STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local) não iriam trabalhar na segunda-feira. Considerou a situação de máfé, pois sabendo da tolerância que iria ser concedida queriam aproveitar o dia de sindicato para terem a segunda-feira livre, considerando também um desrespeito para os colegas



que esses representam no Sindicato. Assim, reuniu com esses colaboradores, que concordaram que o procedimento não seria o correto, e no dia seguinte três desistiram de tirar o dia. Apesar de ter reunido com os colaboradores, bem como com o Vereador Paulo Silveira, que lhe pediram para não revogar a decisão de dar tolerância na terça-feira, fez o que considerou mais correto e não deu a tolerância.----------Inscreveu-se a deputada municipal Liliana Almeida, mencionou que, apesar de o Presidente já ter dado resposta à questão da iluminação, verifica-se alguma decadência e eventual queda de determinados postes, questionando se considera pertinente a revisão dos mesmos para prevenir eventuais acidentes.-----O Presidente do Executivo mencionou que desconhece que haja algum poste em perigo de cair, pelo que não pode afirmar se os há ou não, mas inteirar-se-á da situação e posteriormente contatará a Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) para averiguar sobre quem recai a responsabilidade dos mesmos.----------Inscreveu-se o deputado municipal Rúben Serpa que questionou se já se iniciou a atribuição dos números de polícia em falta no Município. Mencionou que, de acordo com a informação recebida, a ampliação do porto comercial das Velas dar-se-á brevemente, bem como a reabilitação do caminho entre a Ribeira do Almeida e a Boa Hora. Recordando que, quando o Presidente era deputado regional levou o assunto do parque de combustíveis à Assembleia Regional, questionou se é do conhecimento alguma atualização sobre o assunto.-----O Presidente do Executivo explicou que o processo de numeração de polícia é da competência da Comissão de Toponímia, que algumas Freguesias já receberam numeração, outras ainda não, e outras apenas têm em parte da Freguesia. Explicou que esse trabalho está a ser desenvolvido, dará início na Freguesia das Velas porque a Junta de Freguesia das Velas já procedeu ao levantamento das habitações que necessitam de numeração, e depois prosseguirão para as outras Freguesias. Relativamente ao porto comercial das Velas, tem a informação de que a obra já está adjudicada e iniciar-se-á muito em breve. Quanto à reabilitação da Estrada Regional desde a Ribeira do Almeida até ao caminho do aeroporto, tem a informação de que a obra irá iniciar-se em agosto ou setembro próximo, decidiram não iniciá-la em época alta por ser a estrada que liga ao aeroporto, e que o projeto foi alvo de alterações, nomeadamente no respeitante a

letus if him



curvaturas, muros de contenção e suporte de estrada. Acrescentou que, no presente dia se procedeu ao levantamento topográfico para marcação do eixo de via para proceder a alterações, sendo a informação de que dispõe porque é um projeto do Governo Regional. Mencionou que a Câmara ainda não foi consultada oficialmente quanto à matéria do parque de combustíveis mas o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes transmitiu na visita estatutária do ano anterior que já existe uma localização para o novo parque de combustíveis, junto ao Parque Industrial das Levadas, e que tencionam que a conduta passe desde o porto até à curva da rua que dá ligação para o caminho dos Degraus e que siga por esse caminho. Aguarda assim, que sejam pedidos pareceres à Câmara para que as condutas possam passar pelas ruas municipais.---------O deputado municipal Luís Pereira voltou a tomar a palavra para explicar que o pedido foi a opinião do Presidente do Executivo quanto à questão da pedreira visto que muito que assinam a petição a consideram um mal necessário porque sabem que está devidamente licenciada. Relativamente aos Portões do Mar explicou que a sua intervenção foi para sugerir intervenções de limpeza nessa zona e não uma intervenção de fundo.-----------Não havendo mais inscrições neste período, a Presidente abriu o período para os Presidentes de Junta de Freguesia.---------Inscreveu-se o Presidente da Junta de Freguesia de Rosais, André Ataíde, mencionou que, infelizmente, as obras do Edificio Sol pararam, pelo que questionou se existe data prevista para a retoma das mesmas.----O Presidente do Executivo referiu que no ano passado terminaram a parte das obras do Edificio Sol do valor que estava adjudicado pela empresa Terra de Fajãs, E.M.S.A.- Em liquidação. Aproveitou para informar os deputados municipais que, no presente dia, foi registado na Conservatória a dissolução da empresa municipal Terra de Fajãs, E.M.S.A.-Em liquidação, e que estima, sem qualquer compromisso, que no final de março as duas empresas municipais estejam definitivamente liquidadas. Explicou que, a obra do Edificio Sol está consolidada numa parceria entre a empresa Terra de Fajãs, E.M.S.A.- Em liquidação, a Câmara Municipal das Velas, a Casa de Povo de Rosais, e o Agrupamento de Escuteiros de Rosais, em que se prevê transferência de verbas das referidas entidades para a empresa municipal, através de protocolos estabelecidos com Secretarias Regionais,

1-4-in



no caso da Casa do Povo e dos Escuteiros, estando em falta os Escuteiros transferirem €100.000,00 (cem mil euros) e a Casa do Povo €170.000,00 (cento e setenta mil euros). A Câmara Municipal com a dissolução da Terra de Fajãs, E.M.S.A.- Em liquidação irá assumir os ativos e passivos da empresa, incluindo a empreitada do Edificio Sol, tendo por isso de haver um contrato de cedência da posição contratual. Deste modo, está em falta os valores a serem transferidos pelas entidades referidas, que estão também a aguardar que os valores lhes sejam transferidos pelo Governo Regional, de acordo com a parceria que mantêm, para que se dê continuidade à empreitada que reconhece que deve ser concluída com a máxima urgência para não se degradar com o tempo.----------O Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro, Rúben Serpa, questionou, no seguimento da questão da obra de reabilitação da Estrada Regional desde o Caminho da Ribeira do Almeida até ao caminho do aeroporto, se já existe alguma informação nova relativamente à asfaltagem do Caminho das Areias.----O Presidente do Executivo explicou que não tem informações novas relativamente à questão colocada, pois não houve compromisso do Governo Regional, apenas disponibilidade para analisar a possibilidade de utilizar o Caminho das Areias como um caminho alternativo, e continuam a aguardar uma resposta.---------A Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia.----------Iniciado o primeiro ponto da ordem do dia: Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para prestar alguns esclarecimentos.-----O Presidente do Executivo esclareceu que a informação prestada reúne as diligências tomadas pela Câmara desde a última sessão da Assembleia bem como os trabalhos realizados, colocando-se à disposição para responder a eventuais questões.----------Inscreveu-se o deputado municipal Luís Pereira, referiu que as obras do Auditório Municipal decorrem a bom ritmo mas com a reserva de algum espanto pelo arranjo dado às ameias viradas para a Poça dos Frades, que já estão fechadas, e questionou se as mesmas irão ficar com o aspeto e cores atuais. Relativamente à página quarenta e um e seguintes, do documento da Informação Escrita, mencionou que, nas fotografias

John S

apresentadas dos trabalhos desenvolvidas pela Câmara, apenas quando aparecem



fotografias dos trabalhos realizados pelas empresas subcontratadas se verifica a utilização de materiais de higiene e segurança no trabalho, não se verificando o mesmo quanto aos funcionários da Câmara, e considera que os funcionários deveriam receber o devido equipamento e ser obrigados a utilizá-lo para salvaguardar dissabores.-----O Presidente do Executivo explicou que as ameias não integram a empreitada de requalificação do edifício do Auditório Municipal e respetivo espaço exterior direcionado para o mar, incluindo o direcionado para a Poça dos Frades, pelo que a requalificação da muralha foi iniciativa do Município. Referiu que partes da muralha são em tufo, por isso pediu aos trabalhadores para repararem o tufo com pó de cimento de cor semelhante, e eles revestiram toda a laje e recortaram-na para fazer o quadrado. Explicou que a muralha melhorou porque está recuperada, e foi limpa com o jato de areia, mas as duas manchas na zona do tufo não são satisfatórias, pelo que vão voltar a picar a zona do tufo para requalificá-la. Quanto à proteção dos funcionários, facultam-lhes algum material, conforme a possibilidade da Câmara, nomeadamente para a recolha de resíduos, admitindo que, lamentavelmente, não seja o suficiente.---------Inscreveu-se a deputada municipal Liliana Almeida que questionou, no âmbito das reuniões com o Município da Calheta, com o Diretor Regional do Ambiente e a empresa Equiambi S.U. Lda., qual o ponto de situação do centro de processamento de resíduos e do encerramento do aterro sanitário das Velas. Questionou se já houve negociação da proposta apresentada à colaboradora da empresa municipal Terra de Fajãs E.M.S.A.- Em liquidação, em reunião tida com a mesma no dia 22 de janeiro. Por último, quanto ao ponto onze da informação escrita, processos judiciais, pediu esclarecimentos sobre a natureza dos dois processos em que o Ministério Público é o autor.-----O Presidente do Executivo explicou que já previram várias datas para a abertura do centro de processamento de resíduos e depararam-se com vários problemas, mas irá abrir em breve. Mencionou que, os dois Municípios já chegaram a acordo com a Equiambi S.U. Lda. e emitiram declaração para a Sociedade Ponto Verde S.A. exportar os resíduos. Explicou que o aterro sanitário do Município da Calheta ficará aberto e em funcionamento até que o Governo Regional implemente uma solução, recebendo, em troca de uma taxa por depósito, os subprodutos do Matadouro, da fábrica Santa Catarina e as carcaças de

July 1

animais, havendo a possibilidade, no último caso, dos lavradores enterrarem as carcaças



Jetus, if hybr

dos animais nas suas propriedades. Desse modo, o Município das Velas propôs que o seu aterro sanitário também permaneça aberto, até à implementação de solução pelo Governo. para evitar abandono de resíduos, sendo que o Governo suportaria 50% do custo dessa manutenção. No entanto, o Governo não partilha do seu entendimento e preteriu pela elaboração de um boletim informativo para todos os Munícipes dos dois Concelhos com indicação das regras de funcionamento do centro de processamento de resíduos. A empresa Equiambi S.U. Lda. até fevereiro de dois mil e dezasseis tem de instalar os oleões nos dois Concelhos, os contentores de recolha para os resíduos agrícolas, e preparar os projetos para a recolha seletiva. Relativamente à colaboradora da empresa municipal, explicou que já apresentou uma proposta e que aguarda a resposta da mesma. Explicou que a situação é um constrangimento para a Câmara, porque a colaboradora tem um contrato com uma cláusula de rescisão no valor de €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), sendo considerado pelos juristas da Câmara um valor demasiado elevado, visto que ela trabalhou cinco anos para a empresa por isso na realidade teria direito a uma indemnização de cinco ordenados mais os restantes créditos. A proposta consiste em indemnizá-la no valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) líquidos, o que custará à empresa municipal aproximadamente €40.000,00 (quarenta mil euros), visto que se responsabilizam por pagar os custos inerentes ao valor à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social. Explicou que, a colaboradora mostrou-se disponível para chegar a acordo mas, devido à situação da Autarquia, se a mesma não abdicar do valor dos €75.000,00 (setenta e cinco mil euros) deixará o caso ir para tribunal. Quanto aos processos judiciais, afirmou que um dos mesmos se refere a um funcionário da Autarquia detido em flagrante delito, a furtar gasóleo de uma máquina no aterro sanitário, por agentes da PSP, que tinham montado lá uma operação, por isso decorre pelo Ministério Público. O outro processo refere-se a atos praticados nas duas empresas municipais e surge após a auditoria do Tribunal de Contas, no entanto não pode dar mais informações porque o processo decorre sob segredo de justiça. Adiantou que, o último processo já corre há alguns meses mas aparece agora no documento da Informação Escrita porque o Município constitui-se assistente no processo. Concluiu que, quanto ao processo do Sr. Carlos Martinho Sousa estão a providenciar para agendar uma reunião, na próxima semana, com o Senhor Diretor Regional dos Transportes, no mesmo sentido da



correspondência que tem sido trocada, ou seja, para pedir que o Governo Regional regresse ao processo e tentem chegar a acordo com o Sr. Carlos Martinho Sousa.----------Inscreveu-se o deputado municipal Rúben Serpa que questionou a possibilidade de o Presidente do Executivo esclarecer os beneficios decorrentes da candidatura das fajãs da Ilha de São Jorge a reserva da biosfera, visto que o mesmo reuniu com o Diretor Regional do Ambiente.-----O Presidente do Executivo explicou que a referida reunião decorreu com muitas outras entidades presentes, e com o intuito de compreenderem a melhor forma de explicar à população no que consiste a candidatura das fajãs a reserva da biosfera, estando agora criada uma comissão para tratar da candidatura. Referiu que, existirá pelo menos uma sessão de esclarecimento para que a população possa compreender essa candidatura e colocar as questões que considerarem pertinentes. Mencionou que, enquanto Presidente, considera a candidatura uma mais-valia, sendo apenas um galardão de reserva da biosfera mas que observado na amplitude mundial das reservas da biosfera não oferece nada de danoso. Explicou que conhece o sentimento geral da população em relação ao assunto, de que isto não irá dar nada de novo e que apenas trará mais limitações mas, explicou, a reserva não tem implicações com a gestão do território, consequentemente, não acarreta limitações para o território, tendo-lhe sido assegurado pelo Diretor Regional do Ambiente, a quem colocou essa questão.----------A Presidente da Assembleia passou para o ponto dois da ordem do dia: Referencial Estratégico do Município das Velas; abordando o Presidente do Executivo para prestar algum esclarecimento,----------O Presidente do Executivo explicou que prepararam o novo ciclo avaliativo dos colaboradores e das três divisões da Câmara porque, conforme decorre da lei, os colaboradores são avaliados de dois em dois anos e as divisões anualmente, e, para isso, tem de haver uma estratégia que defina os objetivos desejados. Acrescentou que, podiam ter mantido os objetivos existentes mas, havendo um novo executivo consideraram que faria mais sentido apresentar linhas orientadoras compatíveis com o programa apresentado aquando da candidatura.----------Não havendo inscrições, a presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor dos grupos

Antus Filiple



municipais do PSD e do CDS-PP e seis abstenções do grupo municipal do PS, e em minuta para imediata executoriedade.----------A Presidente da Assembleia passou para o ponto três da ordem do dia: Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2014, declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2014 e declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2014, pedindo ao Presidente do Executivo que desse algum esclarecimento.----------O Presidente do Executivo explicou que o ponto em análise é apenas para conhecimento da Assembleia visto que, no final do ano de dois mil e catorze fazem um ponto de situação em termos plurianuais, ou seja, analisam, para os próximos dois anos e seguintes, os compromissos existentes, os valores de recebimentos em atraso e os valores de pagamentos em atraso. Assim, a Autarquia, no presente ano, tem o compromisso de pagar à banca o valor de €1.289.122,31 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil cento e vinte e dois euros e trinta e um cêntimos) e, para o ano de dois mil e dezasseis o valor de €842.891,72 (oitocentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e um euros e setenta e dois cêntimos), e para os anos seguintes €4.307.075,87 (quatro milhões trezentos e sete mil setenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos). Nessa data não apresentavam valores em dívida a fornecedores. Relativamente aos valores devedores à Câmara, provenientes do abastecimento de água e da recolha de resíduos, constam das listas anexas ao documento apresentado, totalizando um valor de €81.126,85 (oitenta e um mil cento e vinte seis euros e oitenta e cinco cêntimos). Explicou que, a lista foi emitida a trinta e um de dezembro por isso os valores em dívida estavam ainda no prazo de regularização que apenas findava em janeiro.----------Não havendo inscrições e sendo este apenas um ponto para conhecimento, a Presidente da Assembleia passou para o ponto quatro da ordem do dia: Proposta de ratificação de elemento para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM. Explicou que, este ponto surge porque a Comissão Permanente reuniu para nomear um membro para a Comissão de Acompanhamento de revisão do PDM das Velas, conforme solicitado pela DROAP (Direção Regional da Organização e Administração Pública). Mencionou que, na última sessão desta Assembleia foram nomeados três membros, contudo a DROAP pretende apenas um. Informou, deste modo, que o membro nomeado

John John



foi o senhor José Júlio Rodrigues e que essa nomeação deve ser ratificada na presente sessão.----Na falta de inscrições, colocou o ponto a votação, tendo o ponto quatro da ordem do dia sido aprovado por unanimidade.----------A Presidente da Assembleia passou para o ponto cinco da ordem do dia: Proposta de nomeação de secretário para a Comissão Permanente.----A Presidente explicou que o deputado municipal que ocupava o cargo de secretário da Comissão Permanente renunciou ao mandato da Assembleia Municipal, e, consequentemente a Comissão ficou sem secretário. Assim, na última reunião da Comissão Permanente os membros nomearam o Senhor José Júlio Rodrigues para ocupar essa posição, no entanto, para efetivar essa nomeação ela deverá ser aprovada pelos deputados municipais.----Na falta de inscrições, colocou o ponto a votação, tendo o ponto cinco da ordem do dia sido aprovado por unanimidade.----------A Presidente da Assembleia passou para o ponto seis da ordem do dia: Prescrição do valor devedor de consumos de água, pedindo ao Presidente do Executivo que desse algum esclarecimento.----------O Presidente do Executivo explicou que, o ponto em questão refere-se a uma conta proveniente do abastecimento de água de uma hospedaria e restaurante, propriedade da ADISJ (Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge), abrangendo parte do ano de dois mil e doze e o ano de dois mil e treze. Mencionou que, desde que o atual Executivo tomou posse, diligenciou para regularizar os pagamentos relativos ao serviço de abastecimento de água e, nesse decurso, observou, quanto à propriedade em questão, que o último arrendatário não havia pago a conta da água por isso automaticamente cortaram o abastecimento, deduzindo também que o contador já não estava lá. No entanto, verificou que o contador ainda estava lá porque, de acordo com a informação prestada pelos colaboradores, o Vice-Presidente do anterior Executivo ordenou que não o retirassem. Assim, fizeram uma leitura dos consumos em atraso, conscientes que incluía também um derrame, resultando num valor de aproximadamente €8.000,00 (oito mil euros), que cobraram à ADISJ. A ADISJ informou que era da responsabilidade do ex arrendatário, porque assim constava no contrato, mas nunca conseguiram que ele pagasse



o valor em questão. A dívida prescreveu mas, num ato de boa-fé, a ADISJ propôs pagar metade desse valor, €4.215,36 (quatro mil duzentos e quinze euros e trinta e seis cêntimos), mas para perdoar metade da dívida a Câmara necessita do consentimento da Assembleia Municipal. Mencionou que, existe uma viatura cedida pela ADISJ à Câmara Municipal, através de um contrato formalizado há muitos anos, sobre a qual a Câmara, que a utiliza, paga despesas, incluindo os seguros. No entanto, a Câmara não pode pagar o imposto de selo da carrinha porque está isenta desse pagamento e, a ADISJ, que não tem benefícios dessa viatura, tem de pagar o mesmo. Assim, a Câmara irá comprar a carrinha à ADISJ, pelo valor comercial avaliado. Deste modo conseguem resolver duas situações.----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD e do CDS-PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PS em minuta para imediata executoriedade.-----Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia.-----

hande Sur Filder Comp



Ata avulsa da instalação de um membro substituto de um outro efetivo que por motivos justificados falta a esta sessão da Assembleia Municipal
Aos vinte sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na Vila das Velas e no Salão
Nobre dos Paços do Concelho, servindo de sala para esta sessão da Assembleia Municipal das
Velas, onde se encontra Maria Isabel Góis Teixeira, presidente da Mesa da Assembleia,
compareceu pessoalmente e previamente convocado para esta sessão, com vista a proceder-se à sua
instalação como membro substituto desta Assembleia Municipal para o quadriénio de dois mil e
treze a dois mil e dezassete, na falta do Senhor Fernandino Bettencourt de Simas, conforme
justificação apresentada por carta, a mim entregue no dia vinte e sete de fevereiro do corrente ano
de dois mil e quinze, e em conformidade com o disposto nos números um a três do artigo
quadragésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de
setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de
onze de janeiro e pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, a
senhora Maria da Conceição Blayer Botelho, comigo, Maria da Luz Silva das Graças, primeiro
secretário desta Assembleia Municipal, que redigiu e subscreve esta ata
Esta cidadã faz parte das lista do Grupo Municipal do CDS-PP, é residente na Rua Infante D.
Henrique n.º44, 9800-554 Velas, Concelho das Velas, Ilha de São Jorge, portadora do cartão de
cidadão número 6106042
Verificada a legitimidade do membro atrás indicado e a sua identidade, a senhora presidente
da Mesa da Assembleia considerou-o investido nas suas funções, podendo então entrar em
atividade
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, numa lauda, que fica assinada pela
presidente instaladora e por mim, Maria da Luz Silva das Graças, que a redigi, a qual após ter sido
lida em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes foi aprovada e fica por todos
assinada.
Prairie de Conquies Blayer PAIINO
I faire I gast this tensing
manit al de de de des des



Proposta

Considerando que existem pessoas que ultrapassam as verdadeiras funções para garantir o bem-estar da comunidade deste Concelho e igualmente da Ilha;

Considerando as funções executadas em várias associações e entidades, de importante relevo, e desempenhadas com equivalente dedicação e zelo;

Considerando a motivação e entrega com que exerceu a sua actividade profissional como médica de Clínica Geral no Centro de Saúde das Velas durante várias décadas;

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe a atribuição da Medalha de Prata do Município à Dr.ª. Rosa Céu Pinto, em reconhecimento e agradecimento pela excepcional relevância do seu trabalho profissional e dedicação ao serviço na comunidade da ilha de S. Jorge.

Velas, 27 de fevereiro de 2015

Lipandada

Lipandada

Carla Silva

Carla Silva

Carla Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva

Carla Silva

Carla Silva

Ana Parela Silva

Carla Silva



VOTO DE PESAR

José Damião Almeida faleceu no passado dia 15 de fevereiro aos 71 anos de idade, vítima de doença prolongada.

O empresário teve um importante e marcante papel em várias vertentes da economia desta ilha, como a indústria automóvel, hotelaria, supermercados, entre outros, mas também um papel social igualmente relevante ao criar inúmeros postos de trabalho.

Dinamizador e entusiasta da economia Jorgense, levou para as outras ilhas a mesma motivação e em muito ajudou e fortaleceu o crescimento da economia da Região, nomeadamente nas ilhas do Triângulo, tornando-as mais próximas.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis propõe à Assembleia Municipal das Velas, reunida em sessão de 27 de fevereiro na freguesia das Velas, que aprove este voto de pesar, que seja dado conhecimento à família e que nesta assembleia seja respeitado um minuto de silêncio em sua memória.

Velas, 27 de fevereiro de 2015

	Ana Paula Silva
Librudella	
Tollow Boul Auside	
Ratio Cocale	
Pain land by liver	
Jail do Bh	
15000	





Exma. Senhora Presidente Assembleia Municipal de Velas Rua de São João 9800-539 Velas

RECOMENDAÇÃO

Faleceu, no passado dia 15 de Fevereiro, vítima de doença prolongada, o empresário José Damião de Almeida.

Não sendo natural da ilha de São Jorge, José Damião de Almeida aportou a esta ilha no ido ano de 1975, na sequência do processo de descolonização das antigas colónias portuguesas, onde conhece aquela que viria a ser a sua companheira de uma vida, Maria Silveira Azevedo Almeida, tendo então casado e fixado a sua residência no Concelho das Velas.

José Damião de Almeida, era natural de São Cosmado, concelho de Armamar.

O seu espírito empreendedor, a sua dinâmica empresarial e a sua visão de futuro levou-o a desenvolver vastos e valiosos investimentos na Região, em particular na ilha de São Jorge, tendo preenchido diversas lacunas então existentes e transformando-se num dos maiores empregadores da ilha.

Com o passar dos anos, nos mais diversos ramos de actividade, mas com particular incidência nos sectores do turismo e transportes, José Damião de Almeida foi ganhando estatuto e notoriedade regional. Da ilha de São Jorge geriu diferentes negócios, que se espelharam às vizinhas ilhas do Pico e do Faial, dando sustento a dezenas e dezenas de agregados familiares nesta Região.

O seu elevado sentido empreendedor levou-o a construir um grupo empresarial de sucesso, que emprega mais de uma centena e meia de funcionários e colaboradores, de forma direta. sendo que num passado recente este numero foi superior a duas centenas.

A ele, entre outros casos de verdadeiro sucesso, se deve o regular sistema de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas de São Jorge, Pico e Faial, tendo, por esta via, contribuído decisivamente para combater o isolamento da ilha de São Jorge, bem como aproximar os Açorianos do "Triângulo". De salientar que mesmo com prejuízos económicos para a sua empresa não deixou cair este projecto tão necessário ao nosso desenvolvimento.

Concomitantemente, José Damião de Almeida foi um benemérito: através da sua actividade económica apoiou e ajudou, de forma desinteressada, a sociedade Jorgense, nos mais variados projectos de índole social e religiosa.



CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015 deliberou aprovar por unanimidade a proposta da bancada do Grupo Municipal do PSD, à qual o Grupo Municipal do PS se associou, de *atribuição da medalha de prata à Dra. Rosa do Céu Batista Pinto*, como reconhecimento e agradecimento pelo seu trabalho e dedicação no serviço prestado à comunidade da ilha de São Jorge.

Velas, 16 de março de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015 deliberou aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprovou por maioria, com 14 votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP e 6 abstenções do Grupo Municipal do PS e em minuta para imediata executoriedade, o Referencial Estratégico do Município das Velas nos termos propostos, alterando a missão, visão, valores e objetivos gerais.

Velas, 2 de março de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2015 deliberou aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprovou por maioria, com 14 votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e CDS-PP e 6 abstenções do Grupo Municipal do PS e em minuta para imediata executoriedade, a proposta de prescrição do valor devedor de consumos de água de quatro mil duzentos e quinze euros e trinta e seis cêntimos à Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Velas, 2 de março de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira